

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.5, n.4 out/dez. 2026 DOI: 10.47538/RA-2026.V5N4
ISSN: 2965-0003

O PAPEL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA FORMAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS

Denizi da Silva e Silva
Nutrição. Universidade Metropolitana de Manaus- FAMETRO - Polo Tabatinga, Amazonas.
E-mail: Denizi.silva01@icloud.com

Francisca Eliete da Silva Itamayo
Nutrição. Universidade Metropolitana de Manaus- FAMETRO - Polo Tabatinga, Amazonas.
https://orcid.org/0009-0009-5434-3061
E-mail: elietefn20@gmail.com

Lucicleia Ferreira Leandro
Nutrição. Universidade Metropolitana de Manaus- FAMETRO - Polo Tabatinga, Amazonas.
https://orcid.org/0009-0005-4229-1947
E-mail: lucicleiaferreiraleandro7@gmail.com

Janayla Bruna Oliveira de Aguiar
Nutricionista (UFAM), Mestre em Saúde Pública (Fiocruz-AM). FAMETRO.
http://lattes.cnpq.br/3833538399515535
https://orcid.org/0000-0002-3535-6723
E-mail: janayla_oliveira@hotmail.com

DOI-Geral: http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N4
DOI-individual: http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N4-41

RESUMO: Esse artigo buscou analisar o papel da alimentação escolar na formação de hábitos alimentares de alunos do ensino fundamental da rede pública do estado do Amazonas. Trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter descritivo, baseada em artigos científicos e documentos acadêmicos e normativos publicados entre 2000 e 2026. As buscas foram realizadas no Google Acadêmico, SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando os termos alimentação escolar, educação alimentar e nutricional e Amazonas. Foram identificados 128 registros; após a aplicação dos critérios de seleção descritos no trabalho de origem, 16 estudos foram incluídos na análise. A síntese temática foi organizada em três eixos: formação de hábitos na infância e participação da família; escola e ações de educação alimentar e nutricional; e especificidades amazônicas, incluindo cultura alimentar, agricultura familiar e desafios de abastecimento. Os estudos analisados apontam que a escola pode favorecer escolhas alimentares saudáveis quando articula refeições adequadas, práticas educativas contínuas e participação da comunidade. No Amazonas, a valorização de alimentos regionais e a aquisição da agricultura familiar são relevantes, embora as distâncias e a logística fluvial imponham desafios. Conclui-se que a alimentação escolar tem função nutricional, educativa e sociocultural, e sua efetividade depende da integração entre políticas públicas, gestão escolar, profissionais e famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação escolar. Hábitos alimentares. Amazonas.



REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.5, n.4 out/dez. 2026 DOI: 10.47538/RA-2026.V5N4
ISSN: 2965-0003

THE ROLE OF SCHOOL MEALS IN THE FORMATION OF EATING HABITS AMONG ELEMENTARY SCHOOL STUDENTS IN THE PUBLIC EDUCATION SYSTEM OF THE STATE OF AMAZONAS

ABSTRACT: This article analyzed the role of school meals in shaping eating habits among elementary school students in the public education system of the state of Amazonas, Brazil. This is a qualitative, descriptive literature review based on scientific articles and academic and regulatory documents published between 2000 and 2026. Searches were conducted in Google Scholar, SciELO, PubMed, and the Virtual Health Library using the terms school meals, food and nutrition education, and Amazonas. A total of 128 records were identified; after applying the selection criteria described in the original study, 16 studies were included. The thematic synthesis was organized into three areas: the formation of eating habits during childhood and family participation; schools and ongoing food and nutrition education; and Amazonian specificities, including food culture, family farming, and food-supply challenges. The studies indicate that schools can encourage healthy food choices when they combine adequate meals, continuous educational practices, and community participation. In Amazonas, valuing regional foods and purchasing from family farmers are particularly relevant, although long distances and river transportation create logistical challenges. It is concluded that school meals have nutritional, educational, and sociocultural functions, and their effectiveness depends on coordination among public policies, school management, professionals, and families.

KEYWORDS: School meals. Eating habits. Amazonas.

INTRODUÇÃO

A alimentação durante a infância participa do crescimento, do desenvolvimento físico e cognitivo e da construção de padrões de comportamento que podem permanecer ao longo da vida. Os hábitos alimentares não são determinados apenas pelas necessidades fisiológicas: são construídos nas relações familiares e sociais e refletem condições econômicas, culturais e ambientais. Por isso, a promoção de uma alimentação adequada exige considerar o acesso aos alimentos, as experiências cotidianas e os significados atribuídos ao ato de comer (Fischler, 1995; Brasil, 2014).

A escola ocupa posição estratégica nesse processo porque reúne crianças por períodos regulares, oferece refeições e pode integrar a alimentação às atividades pedagógicas. A alimentação escolar, portanto, não deve ser compreendida somente como oferta de refeições, mas também como oportunidade de educação alimentar e nutricional (EAN), convivência e formação de autonomia. A literatura aponta que práticas educativas contínuas, articuladas ao cotidiano escolar, podem ampliar conhecimentos e favorecer a



REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.5, n.4 out/dez. 2026 DOI: 10.47538/RA-2026.V5N4
ISSN: 2965-0003

aproximação dos estudantes com alimentos variados (Ramos; Santos; Reis, 2013; Silva et al., 2018).

No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui uma política pública de atendimento aos estudantes da educação básica. A Lei nº 11.947/2009 estabelece diretrizes para a alimentação escolar e prevê a utilização de recursos na aquisição de gêneros da agricultura familiar, articulando a oferta de refeições à valorização de práticas alimentares e da produção local (Brasil, 2009). A Resolução CD/FNDE nº 6/2020 detalha regras para a execução do programa e orienta a oferta de alimentação adequada e saudável (Brasil, 2020).

No estado do Amazonas, a discussão assume características próprias. A diversidade alimentar e cultural, a presença de populações indígenas e ribeirinhas e a dependência do transporte fluvial influenciam a produção, a circulação e o consumo de alimentos. A regionalização da alimentação escolar pode aproximar a produção local do consumo institucional, valorizar a cultura alimentar e fortalecer a agricultura familiar. Ao mesmo tempo, distâncias, sazonalidade e dificuldades de infraestrutura podem comprometer a regularidade do abastecimento (Triches; Schneider, 2010; Villar et al., 2017; Tregidgo et al., 2023).

Estudos sobre o contexto amazônico destacam que os alimentos e as práticas alimentares estão ligados ao território e à identidade das comunidades. Assim, cardápios escolares culturalmente adequados podem favorecer o reconhecimento dos alimentos regionais e a aceitação das refeições. Contudo, a efetivação dessa proposta depende de planejamento, articulação com produtores, condições de armazenamento e transporte e participação dos profissionais da educação e da alimentação escolar (Lopez; Garnelo, 2023; Balieiro et al., 2024).

Diante desse contexto, este artigo busca responder à seguinte questão: como a alimentação escolar contribui para a formação de hábitos alimentares dos alunos do ensino fundamental da rede pública do estado do Amazonas? O objetivo é analisar o papel da alimentação escolar nesse processo, considerando a literatura sobre infância, ambiente

escolar, políticas públicas e especificidades socioculturais e logísticas da região amazônica.

MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter descritivo, com o objetivo de analisar a relação entre alimentação escolar e formação de hábitos alimentares de estudantes do ensino fundamental da rede pública do estado do Amazonas. O levantamento considerou artigos científicos e documentos acadêmicos e normativos publicados entre 2000 e 2026.

As buscas foram descritas no trabalho de origem como realizadas nas bases Google Acadêmico, SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando combinações dos termos “alimentação escolar”, “educação alimentar e nutricional” e “Amazonas”. Foram considerados materiais nos idiomas português, inglês e espanhol. O registro metodológico original informa 116 resultados no Google Acadêmico, dez na BVS e dois no PubMed, totalizando 128 registros.

Como critérios de seleção, foram considerados materiais relacionados à alimentação escolar, à formação de hábitos alimentares, à educação alimentar e nutricional, ao PNAE e ao contexto amazônico. Foram excluídos registros duplicados e materiais que não abordavam a temática proposta. Após a triagem, o trabalho original informa a inclusão de 16 estudos. As informações foram organizadas em matriz de síntese, considerando autoria, ano, objetivo, metodologia e principais achados.

A análise foi conduzida por leitura, comparação e agrupamento temático dos conteúdos, conforme a abordagem qualitativa descrita no estudo original. Os resultados foram organizados em três eixos: estudos sobre a formação de hábitos na infância; estudos sobre alimentação escolar e cultura alimentar na Amazônia; e documentos oficiais relacionados à política de alimentação escolar.

Por se tratar de revisão bibliográfica baseada em publicações e documentos de acesso público, sem coleta direta de dados com seres humanos ou animais, o estudo não

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.5, n.4 out/dez. 2026 DOI: 10.47538/RA-2026.V5N4
ISSN: 2965-0003

envolveu participantes nem procedimentos de intervenção. A descrição das bases, do número de registros e dos critérios de seleção foi mantida conforme as informações disponíveis no TCC. Recomenda-se que as autoras confirmem os registros da busca e detalhem a estratégia de cruzamento dos descritores antes da submissão, pois esses elementos não estão integralmente especificados no documento original.

RESULTADOS

A busca bibliográfica relatada no trabalho de origem identificou 128 registros: 116 no Google Acadêmico, dez na Biblioteca Virtual em Saúde e dois no PubMed. Com base nos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, 16 estudos foram elegíveis para integrar a revisão. A síntese dos estudos e documentos foi organizada em três grupos temáticos, apresentados a seguir.

Tabela 1: Estudos nacionais sobre formação de hábitos alimentares na infância

Autor/ano	Foco do estudo	Principais contribuições descritas no TCC
Ramos e Stein (2000)	Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil	A família aparece como referência inicial na formação dos hábitos; práticas impositivas podem favorecer resistência e aversão alimentar.
Coelho e Bógus (2016)	Horta escolar e práticas educativas	Vivências práticas e contato com o cultivo podem apoiar ações de educação alimentar e aproximar estudantes de alimentos in natura.
Pereira, Pereira e Angelis-Pereira (2017)	Intervenções educativas em escola pública	Ações educativas sistematizadas ampliam conhecimentos sobre alimentação e nutrição.
Tancredi et al. (2022)	Desenvolvimento infantil	O desenvolvimento envolve dimensões motoras, emocionais e sociais e demanda participação conjunta de família, escola e sociedade.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

Tabela 2: Estudos relacionados ao contexto amazônico

Autor/ano	Foco do estudo	Principais contribuições descritas no TCC
Semeghini et al. (2020)	Alimentação escolar indígena e comunidades tradicionais	A compra de produtores locais e o respeito à cultura podem favorecer cardápios culturalmente adequados.

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.5, n.4 out/dez. 2026 DOI: 10.47538/RA-2026.V5N4
ISSN: 2965-0003

Zacarias e Higuchi (2021)	Cotidiano de crianças na várzea amazônica	As rotinas e práticas alimentares infantis relacionam-se à dinâmica dos rios e ao território.
Silva (2018)	Regionalização da merenda escolar no Amazonas	A diversidade de alimentos regionais convive com dificuldades de transporte e distribuição.
Lopez e Garnelo (2023)	Alimentação escolar e soberania alimentar Ticuna	A valorização de alimentos tradicionais e da agrobiodiversidade relaciona-se à cultura e à segurança alimentar.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

Tabela 3: Documentos e diretrizes relacionados à alimentação escolar

Documento	Tema	Diretriz destacada no TCC
Lei nº 11.947/2009	PNAE e alimentação escolar	Estabelece diretrizes do programa e prevê aquisição de produtos da agricultura familiar.
Resolução CD/FNDE nº 6/2020	Execução do PNAE	Orienta a oferta de alimentação adequada e saudável na educação básica.
Marco de Referência de EAN (2012)	Educação alimentar e nutricional	Propõe ações educativas que considerem autonomia, cultura e práticas alimentares.
Lei estadual nº 3.454/2009	Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME)	Prioriza produtos regionais, respeitando a sazonalidade e a produção do Amazonas.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

DISCUSSÃO

Os estudos reunidos indicam que a formação de hábitos alimentares durante a infância é um processo gradual, influenciado por experiências familiares, sociais e institucionais. Ramos e Stein (2000) destacam a importância das primeiras experiências alimentares e alertam para o efeito contraproducente de práticas excessivamente restritivas ou impositivas. Essa perspectiva reforça que a promoção de hábitos saudáveis deve ocorrer por meio de estímulo, convivência e experiências positivas, e não apenas pela transmissão de regras.

A escola amplia o universo de experiências alimentares da criança. Além da refeição oferecida, o ambiente escolar permite observar, experimentar e conversar sobre alimentos, preparo, origem e cultura. Coelho e Bógus (2016) apresentam a horta escolar como prática educativa que aproxima estudantes do cultivo e dos alimentos. Pereira, Pereira e Angelis-Pereira (2017) apontam que intervenções educativas podem ampliar o

conhecimento sobre alimentação e nutrição. Em conjunto, esses achados sugerem que ações pontuais têm menor potencial quando não são incorporadas ao cotidiano e ao projeto pedagógico.

A Educação Alimentar e Nutricional deve ser compreendida como processo contínuo, participativo e contextualizado. O Marco de Referência de EAN destaca a necessidade de respeitar a cultura alimentar e promover autonomia nas escolhas (Brasil, 2012). O Guia Alimentar para a População Brasileira também reconhece que a alimentação envolve dimensões sociais e culturais, além de aspectos nutricionais (Brasil, 2014). Nesse sentido, a escola pode trabalhar o tema de forma transversal, articulando professores, nutricionistas, merendeiras, gestores, estudantes e famílias.

O nutricionista responsável técnico pelo PNAE tem papel relevante no planejamento dos cardápios e na orientação das ações de EAN. A atuação profissional, entretanto, depende de colaboração com os demais integrantes da comunidade escolar. Silva et al. (2018) ressaltam que a promoção da alimentação saudável no âmbito do programa exige ações articuladas e permanentes. A participação dos professores e dos funcionários que acompanham as refeições pode reforçar a coerência entre o conteúdo pedagógico e as práticas observadas pelos estudantes.

No Amazonas, a cultura alimentar regional deve ser considerada componente central do planejamento. Peixes, frutas, farinhas e outros produtos locais fazem parte das práticas alimentares de diferentes comunidades e podem aproximar o cardápio escolar dos hábitos e saberes dos estudantes. A inclusão de alimentos regionais não deve ser vista apenas como estratégia de abastecimento: também pode fortalecer identidade, pertencimento e reconhecimento dos sistemas alimentares locais (Fraxe, 2004; Contreras; Gracia, 2011).

A aquisição de produtos da agricultura familiar, prevista no marco do PNAE, cria oportunidade de aproximação entre produção e consumo. Triches e Schneider (2010) discutem a possibilidade de reconectar a alimentação escolar à produção local, enquanto Bastian et al. (2022) analisam as relações entre redes de produtores e aquisição de alimentos no programa. No Amazonas, a regionalização pode contribuir para dinamizar

economias locais e ampliar a presença de alimentos frescos nos cardápios, desde que existam condições de planejamento, contratação, armazenamento e distribuição.

As particularidades geográficas do estado, contudo, impõem desafios concretos. Em muitas localidades, o transporte fluvial é essencial e os deslocamentos podem ser longos, com variações sazonais que afetam a disponibilidade e o custo dos alimentos. Villar et al. (2017) discutem desafios e perspectivas da operacionalização do PNAE na Região Norte, e Tregidgo et al. (2023) abordam possibilidades de ampliar a sociobiodiversidade na alimentação escolar amazônica. Esses fatores apontam para a necessidade de planejamento logístico adaptado às condições de cada município e de diálogo constante com produtores e comunidades.

O Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME), instituído no Amazonas pela Lei estadual nº 3.454/2009, representa uma iniciativa relacionada à valorização de produtos regionais. A articulação entre o PREME e o PNAE pode favorecer o abastecimento com alimentos locais e a adequação cultural dos cardápios. A presença de alimentos regionais, porém, não garante por si só a mudança dos hábitos: é necessário que os estudantes conheçam os alimentos, participem de atividades educativas e tenham acesso regular a refeições de qualidade.

Os estudos sobre comunidades indígenas e ribeirinhas reforçam a importância de evitar propostas padronizadas que desconsiderem os modos de vida locais. Lopez e Garnelo (2023) abordam a relação entre alimentação escolar, cultura e soberania alimentar Ticuna. Zacarias e Higuchi (2021) mostram como o cotidiano das crianças na várzea amazônica está ligado ao território e às dinâmicas ambientais. Dessa forma, as estratégias de EAN precisam dialogar com conhecimentos comunitários e reconhecer a diversidade existente dentro do próprio estado.

Os resultados desta revisão devem ser interpretados considerando suas limitações. O estudo é bibliográfico e não realizou observação direta nas escolas, entrevistas com estudantes ou profissionais, nem avaliação da aceitação dos cardápios. Além disso, a descrição da busca no documento de origem não apresenta integralmente as estratégias de cruzamento dos descritores, as datas de busca ou o fluxo detalhado de exclusão dos

registros. Por isso, não é possível estimar a magnitude do efeito da alimentação escolar sobre o comportamento alimentar dos estudantes, nem generalizar os achados para todas as escolas do Amazonas.

Pesquisas futuras podem realizar estudos de campo em diferentes municípios, considerando áreas urbanas, rurais, ribeirinhas e indígenas. Também são pertinentes avaliações da aceitação dos cardápios, da frequência de oferta e consumo de alimentos regionais, da participação da agricultura familiar e das ações de EAN desenvolvidas no ambiente escolar. Estudos com acompanhamento longitudinal poderiam contribuir para compreender se mudanças de conhecimento e aceitação se traduzem em alterações sustentadas dos hábitos alimentares.

CONCLUSÃO

A revisão permite concluir que a alimentação escolar exerce papel que ultrapassa a oferta de refeições, pois pode contribuir para a formação de hábitos alimentares por meio do acesso regular a alimentos adequados, de experiências positivas e de ações contínuas de educação alimentar e nutricional. A família e a escola compartilham influência nesse processo, sendo importante que as orientações educativas sejam acolhedoras e coerentes com a realidade dos estudantes.

No Amazonas, a valorização da cultura alimentar e dos produtos regionais é especialmente relevante. A aproximação entre escolas e agricultura familiar pode fortalecer a identidade local, apoiar a economia das comunidades e ampliar a presença de alimentos regionais nos cardápios. Entretanto, os desafios de transporte, sazonalidade e infraestrutura exigem planejamento e articulação entre gestores, nutricionistas, produtores e comunidade escolar.

Como o estudo se baseou em revisão bibliográfica, não foi possível verificar diretamente a aceitação das refeições ou as práticas alimentares nas escolas. Recomenda-se a realização de pesquisas de campo em diferentes territórios do estado, para avaliar a execução das políticas, a participação dos estudantes e os efeitos das ações educativas. Conclui-se que a efetividade da alimentação escolar depende da integração entre

qualidade nutricional, respeito à cultura, continuidade pedagógica e condições concretas de abastecimento.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Lei nº 3.454, de 10 de dezembro de 2009.** Institui o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME), no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2009.

BALIEIRO, N. S. et al. **Contribuições das ações do CECANE/IFAM para a formação de merendeiras da rede pública municipal e estadual do Amazonas em 2022.** Nexus: Revista de Extensão do IFAM, Manaus, v. 10, n. 14, p. 154-160, 2024.

BASTIAN, L.; ALVES, F.; SILVA, S. P. **Análise das redes sociais no Programa Nacional de Alimentação Escolar:** aspectos relacionais da aquisição de produtos da agricultura familiar. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 63, p. 1-21, 2022.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, DF: FNDE, 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília, DF: MDS, 2012.

COELHO, D. E. P.; BÓGUS, C. M. **Vivências de plantar e comer:** a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 761-771, 2016.

CONTRERAS, J.; GRACIA, M. **Alimentação, sociedade e cultura.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

FISCHLER, C. **O onívoro:** o gosto, a cozinha e o corpo. Barcelona: Anagrama, 1995.

FRAXE, T. J. P. **Cultura cabocla-ribeirinha:** mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

LOPEZ, M. F.; GARNELO, L. Mapana, alimentação escolar e soberania alimentar dos Ticuna (Magüta). **Revista de Antropologia,** São Paulo, v. 66, e198229, 2023.



REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.5, n.4 out/dez. 2026 DOI: 10.47538/RA-2026.V5N4
ISSN: 2965-0003

PEREIRA, T. S.; PEREIRA, R. C.; ANGELIS-PEREIRA, M. C. Influência de intervenções educativas no conhecimento sobre alimentação e nutrição de adolescentes de uma escola pública. **Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 427-435, 2017.

RAMOS, F. P.; SANTOS, L. A. S.; REIS, A. B. C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, 2013.

RAMOS, M.; STEIN, L. M. **Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil.** Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, v. 76, supl. 3, p. S229-S237, 2000.

SILVA, M. **Alimentação escolar em escolas públicas do Amazonas:** os desafios da regionalização e distribuição. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SILVA, S. U. et al. As ações de Educação Alimentar e Nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 2671-2681, 2018.

TREGIDGO, D. et al. Como inserir mais sociobiodiversidade na alimentação escolar na Amazônia brasileira? **Ethnobiology and Conservation,** v. 12, n. 21, p. 1-7, 2023.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade,** São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

VILLAR, A. et al. A operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Região Norte: desafios e perspectivas da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura,** v. 25, n. 1, p. 112-135, 2017.

ZACARIAS, E. F. J.; HIGUCHI, M. I. O cotidiano na várzea amazônica percebido pelas crianças. **Ambiente Comportamiento y Sociedad,** v. 4, n. 1, p. 26-42, 2021.

Submissão: julho de 2026. Aceite: agosto de 2026. Publicação: novembro de 2026.